

## Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

### Resumo

O presente trabalho visa a evidenciar o conflito socioambiental instalado no Norte de Minas Gerais, onde extensos maciços de monocultivos de eucalipto e mineradoras de minério de ferro se materializam em uma frente de expropriação de grandes parcelas dos territórios de comunidades tradicionais da região. A região analisada será o território geraizeiro do Lamarão, localizado no distrito de Vale das Cancelas, município de Grão Mogol (MG). Esse é o território das comunidades tradicionais que se autorreconhecem enquanto geraizeiras, pois reproduzem suas vidas material e simbolicamente dependentes do cerrado e dos gerais e de seus recursos naturais. Serão evidenciadas as estratégias protagonizadas pelo geraizeiros em defesa de seus territórios e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** Comunidades Tradicionais. Geraizeiros, Grão Mogol (MG). Conflito Social. Degradação Ambiental. Situação Colonial. Estratégias de Resistência.

### Mauro Toledo Silva Rodrigues

Mestrando em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.  
Brasil  
maurotoledo.cs@gmail.com

### João Batista de Almeida Costa

Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília – UnB.  
Professor da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.  
Brasil  
d.jobacosta@gmail.com

### Para citar este artigo:

RODRIGUES, Mauro Toledo Silva; COSTA, João Batista de Almeida. Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 19, n.39, p. 77 - 103, jan./abr. 2018.

**DOI: 10.5965/1984724619392018077**

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724619392018077>

## Decolonizing the Gerais: The colonial situation and the strategies of resistance of the traditional communities geraizeiras of the North of Minas Gerais

### **Abstract**

The present work aims to demonstrate the social and environmental conflict in the North of Minas Gerais (MG), Brazil, where large masses of eucalyptus monocultures and iron ore miners materialize in an expropriation front of large parcels of territories of traditional communities of the region. The analyzed region will be the Geraizeiro territory of Lamarão, located in the district of Vale das Cancelas, municipality of Grão Mogol (MG). This is the territory of the traditional communities that self-recognize as Geraizeiros, because they reproduce their material and symbolic lives, depending on the cerrado and the “gerais” and their natural resources. It will be evident the strategies carried out by the geraizeiros in defense of their territories and preservation of the environment and natural resources.

**Keywords:** Traditional Communities. Geraizeiros, Grão Mogol (MG). Social Conflict. Environmental Degradation. Colonial Situation. Resistance Strategies.

## Introdução

Desde a década de 1980, com Chico Mendes e os seringueiros da Amazônia, as lutas sociais do campo passaram por mudanças em seu formato, quando povos e comunidades rurais protagonizaram a luta pelo território e preservação da natureza frente ao *desenvolvimento* baseado na implantação de grandes empreendimentos econômicos industriais. Esse momento da história brasileira se tornou marco nas lutas por terra/território, quando a promulgação da Constituição de 1988 reconheceu os direitos culturais e territoriais dos povos e comunidades tradicionais. Esses, que agora possuem a legitimidade do Estado, têm suas lutas fortalecidas, e junto de ONG's e movimentos sociais intensificam as lutas de retomadas territoriais e o reestabelecimento dos territórios tradicionais de que em grande parte foram espoliados, expropriados, grilados e expulsos, privados de suas terras.

O modelo de desenvolvimento econômico que vem sendo adotado pelo Brasil, ao longo do último século, na região abordada por este trabalho não se fez de forma diferenciada. Tal modelo tem características específicas e traz um projeto fechado sobre o “modo correto” de se *desenvolver*. Pois grandes empreendimentos econômicos e industriais se apresentam como a solução e o caminho para superar o “subdesenvolvimento”, e atualmente ultrapassar as barreiras da condição de “país emergente”. Vemos que grupos sociais específicos são alvo e agentes do desenvolvimento, em detrimento de uma grande diversidade de modos de vida que fogem do modelo econômico hegemônico. Estamos nos referindo em específico aos diversos povos e comunidades tradicionais que reproduzem uma lógica de vida intrinsecamente baseada em seus territórios, compreendidos com seus ambientes biofísicos, e se apropriam desses de maneira completamente distinta da lógica econômica técnico-científica.

Esse cenário nos revela uma realidade muito mais ampla. Pois, junto da ideia de desenvolvimento, existe uma narrativa que oculta uma hierarquia internacional, que encaixa os países ocidentais imperiais enquanto dominantes e “desenvolvidos”, e as antigas colônias enquanto países “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”. A

grande problemática dessa narrativa/crença é a forma como as realidades coloniais são traduzidas como um passado superado que não tem ligação ou influência sobre a realidade contemporânea.

Para desvelar o histórico das comunidades subalternas e compreender suas perspectivas sobre o conflito socioambiental, utilizaremos a perspectiva da modernidade/colonialidade, em que teóricos latino-americanos reconstruem o histórico da América Latina evidenciando as relações de poder e os processos de dominação pelos quais as colônias são encaixadas no cenário internacional, e como as *situações coloniais* são reproduzidas. Essas últimas são entendidas enquanto *a exploração/pressão cultural, política, sexual, espiritual, epistêmica e econômica dos grupos étnicos/racializados subordinados por grupos étnicos/racializados dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais* (GROSGUÉL, 2007, p. 219-220). Nesse sentido, evidenciaremos, no histórico Norte mineiro, os mecanismos de *desenvolvimento* enquanto reprodutores da colonialidade, agenciando a dominação e exclusão das populações subalternas, através do Estado e de seus órgãos de fomento, aliados à elite econômica do capital regional e internacional, assim como evidenciaremos os grupos que historicamente ocupam a região e são encaixados no grupo de subordinados ao sistema econômico dominante.

### Breve histórico da região Norte de Minas

Com a expansão colonial para os sertões brasileiros, o que hoje se convencionou a chamar de Norte de Minas foi ocupado por colonos que inicialmente pertenciam à capitania da Bahia, onde foram estabelecidos – diferentemente do litoral – extensos currais de gado para a produção de couro e gêneros alimentícios, sendo anexados às Minas em 1720. Nesse sentido, Pires (1979, p. 46) ressalta:

inegavelmente, a primeira região mineira a ser povoada foi a do Norte de Minas através dos currais de gado do São Francisco e do rio Verde. Em uma visão mais ampla cumpre acentuar que todo o lado direito do Rio São Francisco pertencia à província da Bahia e o lado esquerdo à

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

província de Pernambuco. (...) muitas léguas de terras foram conseguidas, apenas, segundo o costume da época, com gasto de tinta e papel, ao lado do merecimento e da capacidade financeira, para a construção de engenhos, currais de gado e abertura de roças. Outras foram obtidas por compra e herança.

A colonização do sertão mineiro não foi diferente das violentas incursões realizadas por bandeirantes em outras partes do Brasil; contudo, há uma narrativa que perdura até o século XIX e início do século XX, em que esta região apresentaria um “vazio populacional”, que foi gradativamente preenchido. Apesar de haver essa lacuna na história dos povos autóctones da região, Ribeiro (2005), através de relatos de viajantes do século XVI e XVII, remonta a região do cerrado mineiro habitada por povos do tronco linguístico Macro-Jê, especialmente os povos Xacriabá e Arwak:

Um complexo cultural próprio da Savana (Cerrado e Caatinga) teria se constituído ao longo de um processo histórico envolvendo várias tradições e fases desde o Holoceno. Os grupos indígenas do grupo linguístico Macro-Jê seriam os herdeiros históricos deste complexo cultural e não poderiam ser classificados como arcaicos, caçadores que, só recentemente, receberam a agricultura dos seus vizinhos Tupi e Arwak. (RIBEIRO, 2005, p.104).

O mesmo autor enfatiza como as expedições de bandeirantes transformam o ambiente biofísico e os povos e comunidades que se inserem nos circuitos ecológicos. O caso dos Arwak é uma evidência desse processo, pois houve um verdadeiro genocídio desse grupo étnico, atualmente considerado uma etnia extinta (dificilmente são encontrados vestígios e referências ao mesmo). Outros povos estariam fadados à assimilação, à luta e à resistência através de diversas estratégias, ou a terem o mesmo destino dos Arwak, através da guerra justa ou da ação de doenças venéreas espalhadas entres os povos pelos colonizadores.

A região também se constituiu, na época colonial, de acordo com Costa (1999), com presença da população negra, que em certa medida foi trazida junto de bandeiras paulistas e baianas, mas em grande parte se estabeleceu na região através de fugas, com

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

a estratégia de se aquilombarem, pois o sertão apresentava a característica do isolamento da presença portuguesa, assim como a incidência da malária na região Norte mineira do rio Verde Grande, o que repelia a presença branca. Costa (2003) fala de uma sociedade muito singular que surgiu da articulação de indígenas, quilombolas, paulistas, baianos, mineiros e europeus; grupos humanos estes que foram ao longo do tempo constituindo modos de vida específicos, de acordo com o ambiente natural com que cada um destes estava em contato e de que se apropriava. Nesse sentido do histórico de ocupação do território do Norte mineiro, a socióloga Brito (2013) aponta alguns aspectos de como ocorreu a reorganização da questão fundiária, conduzida de forma coercitiva pelo império português:

Apesar das sesmarias terem dado origem às grandes propriedades no período colonial e da lei de terras ter bloqueado o acesso dos mais pobres, no norte de Minas muitas terras permaneceram sem ser apropriadas pela oligarquia e ficaram sob a posse desses diferentes grupos; em diferentes ecossistemas forjaram suas formas de vida tendo como parâmetro os ambientes em que habitavam. A implantação da estrada de ferro trouxe mudanças, mas que não significariam um reordenamento territorial e cultural. Posteriormente a expansão das ferrovias e a abertura de rodovias desencadearam algumas transformações no Norte de Minas, no século XX, devido à diminuição das distâncias, que resultou em maior movimentação populacional e em novas possibilidades de comércio. (p. 31)

Esses fatos trazidos acima trazem a perspectiva da realidade colonial em que o país estava inserido, da qual a região Norte mineira não se safou, estando enredada na rede de relações de poder que ultrapassa as barreiras marítimas e encaixa as mais distantes regiões do Império, como o sertão mineiro, dentro da lógica de dominação internacional. Pois, com a transformação da região que se inicia no século XX, a lógica das terras que não eram ocupadas pelas elites locais iria se alterar, o contexto global iria afetar o sertão mineiro de forma direta e o *desenvolvimento* passaria a atravessar a vida dos povos e comunidades tradicionais.

Após a Segunda Guerra Mundial, na década de 1940 há uma dramática mudança na política mundial, com o início da Guerra Fria e a criação de parâmetros de

desenvolvimento econômico que são estabelecidos pelos países hegemônicos. O marco simbólico desse movimento político e econômico se dá com o discurso do presidente estadunidense Harry Truman, que ao utilizar o termo países “subdesenvolvidos” cria uma hierarquia mundial, na qual aqueles países nessa categoria teriam que seguir os padrões de modernização daqueles desenvolvidos, em uma espécie de cruzada contra a pobreza. (HERMET, 2002)

Aqui, começamos a evidenciar como a realidade da modernidade/colonialidade está completamente inserida na lógica do *desenvolvimento*. Na esfera nacional, a lógica desenvolvimentista afetou as regiões consideradas isoladas e subdesenvolvidas, trazendo a narrativa/crença de que solucionaria problemas sociais ligados à fome, miséria, desigualdade social e até mesmo a seca. Essa narrativa se materializou por políticas públicas que visavam a levar o progresso econômico para a região. A SUDENE<sup>1</sup> foi responsável pela implementação de diversos projetos de cunho econômico; contudo, muitos deles possuíam caráter desenvolvimentista, apesar de ter sido idealizada por Celso Furtado, seu superintendente até o período de exílio pela ditadura civil-militar, em 1964. O próprio Furtado compreende a lógica imperativa nos projetos desenvolvidos pela autarquia:

A partir dos anos 60, como responsável pelas políticas de desenvolvimento do Nordeste, percebi que os problemas mais graves não são os de natureza econômica, e sim social, ligados à estrutura de poder (...) vendo o Nordeste de perto como superintendente da SUDENE, desde que a criei em 1959 até o golpe militar de 1964, percebi que ou se mudava a estrutura de forma radical ou o crescimento agravaria as deformações sociais. Impressionou-me ver que a estrutura agrária ali era a mais anacrônica que eu conhecera mundo afora. (1999, p.81)

Nesse contexto, o sertão mineiro é incluído na área de atuação da SUDENE, por se caracterizar como região semiárida que possui a presença do cerrado e da caatinga como biomas predominantes, vegetações historicamente vinculadas à escassez e à pobreza.

---

<sup>1</sup> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959.

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

Essa será uma das frentes modernizadoras que irão dar início à modificação da ocupação das terras na região. Segundo Rodrigues (2000), juntamente com a SUDENE, a CODEVASF<sup>2</sup> também atuará em programas de incentivos fiscais e financeiros, a fim de levar o progresso para a região através de quatro eixos de empreendimentos: industrialização, agropecuária modernizada, projetos de irrigação e monocultivo de eucalipto. Essa é conhecida como a frente modernizadora que modificou drasticamente a região Norte mineira, impactando especialmente os povos que ocupavam suas terras sob forma de posse e reproduziam suas vidas a partir de uma lógica de relações não-capitalistas com seus territórios. Estes povos foram sistematicamente expulsos de grandes partes ou da totalidade de seus territórios, que ocupavam desde a época das frentes de ocupação colonial.

Nesse cenário desolador de dominação, expropriação de territórios e recursos naturais, uma forte frente de resistência emergiu. Como apontado no início do texto, uma efervescência política se instaurou desde a década de 1980; as pautas eram direitos que foram sistematicamente negados ao longo da formação do Estado brasileiro. Esse movimento foi catalisado com a emergência de sujeitos de direitos instituídos pela promulgação da Constituição Federal de 1988, num processo denominado por Costa de (des)invisibilidade dos povos e comunidades tradicionais:

A existência em si do artigo 216 para os grupos que contribuíram para a formação da nacionalidade brasileira e do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias para as comunidades negras rurais, assim como do Capítulo VIII sobre os indígenas, não garantem a efetiva conquista da plenitude de direito que tais artigos constitucionais definem. Há a necessidade de processos sociais complexos para concretizar para cada povo ou comunidade o direito à diferença identitária e cultural e a um território específico. A esses processos conceituo como (des)invisibilidade de povos e comunidades tradicionais. (COSTA, 2011, p. 6)

Com o reconhecimento institucional e conseqüente (des)invisibilidade das comunidades tradicionais na região Norte mineira, há um mosaico de povos que se

---

<sup>2</sup> Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.



Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

autoafirmam e reivindicam seus territórios e o direito a reproduzirem seus modos de vida específicos. Brito (2013, p. 31) elenca o mosaico de povos que se articulam no sertão mineiro, sendo estes:

Os índios Xacryabás, em São João das Missões. Os quilombolas, nos vales dos rios Verde Grande e Gurutuba, e em outros lugares da região. Os vazanteiros, que vivem integrados à dinâmica das vazantes e ilhas do rio São Francisco. Os barranqueiros, que vivem nos barrancos e margens de outros rios da região, integrados às suas dinâmicas. Os veredeiros, que utilizam as veredas como base de sua reprodução social e que, nesse frágil ecossistema, desenvolveram agricultura sustentável e extrativismo associado à utilização do Buriti. Os caatingueiros, que moram e produzem nas caatingas do sopé da Serra Geral e têm relação de trocas e comércio com os geraizeiros, habitantes dos gerais.

### Município de Grão Mogol e Território Geraizeiro

O Município de Grão Mogol localiza-se na região sudeste do país, na mesorregião do Norte de Minas (Ver Figura 1). O município limita-se com os municípios Padre Carvalho, Riacho dos Machados, Francisco Sá, Itacambira, Botumirim, Cristália, Josenópolis, Juramento, Fruta de Leite e Rio Pardo de Minas. Está em área de cerrado, com prevalência do *cerradão* ou chapadas; apresenta clima tropical de altitude, com intensa seca no inverno e verões úmidos.

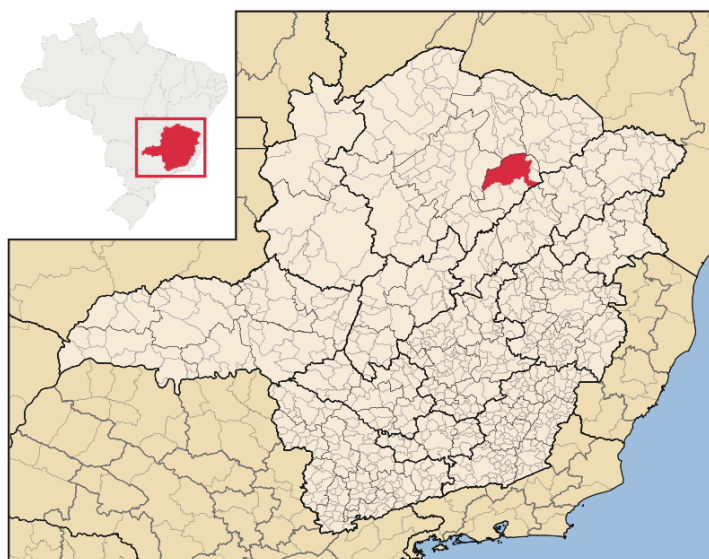
O povoado Serra de Santo Antônio do Itacambiraçu, atual Grão Mogol, teve sua origem relacionada à descoberta de diamantes, no final do século XVIII. No ano de 1839, o lugarejo era chamado de Arraial da Serra de Grão Mogol e logo passou a atrair pessoas do país e estrangeiros (portugueses, franceses, alemães e outros europeus), que, provavelmente, atuavam na exploração de diamantes. Apenas no ano de 1858, Grão Mogol recebeu a categoria de cidade. Durante décadas, Grão Mogol destacou-se como a mais importante cidade da região Norte mineira; contudo, o processo de decadência da exploração das minas de diamantes, ocorrida especialmente após a década de 1960,

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

coincidiu com a emancipação de parte do território de Grão Mogol e com a criação dos novos municípios de Itacambira, Cristália e Botumirim.<sup>3</sup>

Figura 1 – Localização de Grão Mogol - MG



Fonte: Wikipedia [<http://pt.wikipedia.org>]. Acesso em 05/08/2017.

A cerca de 100 km da sede do município se encontra o distrito de Vale das Cancelas, às margens da BR 251. Ali se formou um pequeno povoado que reunia dois postos de gasolina, alguns hotéis e restaurantes e algumas residências. Para além desse pequeno núcleo urbano, chapada afora existe uma imensa zona rural em que comunidades se agruparam há mais de dois séculos; ou seja, dentro de um mesmo território existem algumas comunidades que nele se organizam. Os moradores locais o denominam território geraizeiro do Lamarão, analisado nesse trabalho.

Ao tratar do processo de formação histórica das comunidades geraizeiras onde hoje é o distrito de Vale das Cancelas, Costa (2007) aponta que a região de Grão Mogol, antigo Arraial da Serra do Itacambiraçu, no ano 1787 passou a ser totalmente dominada pela Coroa portuguesa, expulsando os homens livres que ali viviam do garimpo, para explorar a região com base no trabalho de negros escravizados. Em meados do século XIX, a região começa a estruturar, em conjunto com a atividade mineradora, a atividade

<sup>3</sup> Fonte: <http://www.graomogol.mg.gov.br/index.php/historico>

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

agrícola, que se localiza em uma área de extensas chapadas e banhada por vários córregos, sendo um deles o Lamarão, onde se estabeleceu a fazenda de São Francisco. De acordo com Fonseca (2014):

A organização produtiva da fazenda São Francisco se estruturou articulando a pecuária, atividades agrícolas e extrativismo através dos diversos núcleos familiares constituídos dentro da fazenda - como agregados - e no seu entorno. Uma das formas de ocupação do sertão norte-mineiro ocorreu “através da alocação dos camponeses às margens dos pequenos cursos d’água e próximos às chapadas existentes em toda a região”. No caso da formação dos núcleos comunitários em evidência neste estudo, o desenvolvimento das relações sociais de compadrio e parentesco entre os núcleos familiares que se estabelecem na região, a partir de sua ocupação inicial, vai constituir as comunidades de Lamarão - às margens do córrego que lhe dá nome - e a comunidade de São Francisco.

Com essa trajetória podemos identificar o início dos territórios do distrito de Vale das Cancelas, e visualizar a ancestralidade das populações que ali reproduzem suas vidas em simbiose com o cerrado, apresentando um sistema produtivo ligado à pecuária de solta<sup>4</sup> e ao extrativismo de frutos nativos dos Gerais.

Para compreendermos algumas características dos povos geraizeiros, acionaremos alguns teóricos das Ciências Sociais. A começar por Diegues (2008, p. 89), que trata das singularidades que os povos e comunidades tradicionais trazem:

a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado da natureza e dos seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transmitido de geração em geração pela oralidade; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para centros urbanos e

---

<sup>4</sup> Distinta da pecuária moderna, de confinamento, o modo de manejo geraizeiro do gado é baseado na “solta” do gado nas áreas de chapada, consideradas terras coletivas, não necessitando inclusive de cercas.

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

voltado para a terra dos seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado.

Aqui podemos observar a caracterização de alguns aspectos intrínsecos a essas comunidades. A relação com o ambiente biofísico que as circunda ocorre através de uma relação de troca, que não está pautada em uma lógica mercantil ou mesmo capitalista. Ou seja, estas comunidades não funcionam na lógica do acúmulo do capital, e sim a partir de uma reciprocidade com os entes naturais, seja a chapada, com seu uso coletivo, as águas e a relação de preservação, sejam as plantas e seus diversos usos (alimentícios e medicinais).

Nesse sentido, Nogueira (2009, p. 15), antropóloga que desenvolveu estudo na região, traça um perfil das comunidades geraizeiras da região de Grão Mogol:

[Geraizeiros] São chamados os camponeses da porção de Cerrado do Norte de Minas Gerais (...) onde a alcinha ainda é utilizada. *Gerais*, grosso modo, pode ser aqui entendida como sinônimo de Cerrado, paisagem que, no Norte de Minas, teve grande parte de sua extensão convertida em maciços de eucalipto, desde a década de 70. O plantio empresarial de eucalipto implicou em expropriação, grilagem de terras comunais e grande impacto ambiental, com a redução da oferta de água, frutos nativos, ervas medicinais e madeiras – recursos estratégicos para a reprodução física e social dos Geraizeiros. Em aliança com sindicatos de trabalhadores rurais, entidades ligadas à Igreja Católica, organizações não governamentais (ONG's) e redes socioambientais, como a Rede Cerrado, os Geraizeiros, hoje, reagem à violência sofrida, denunciam o caráter predatório do monocultivo de eucalipto e reivindicam o reconhecimento de seus direitos territoriais enquanto população tradicional.

O modo de vida geraizeiro está intrinsecamente ligado ao bioma que ocupam, os Gerais. Este bioma possui características específicas de manifestação do cerrado, onde estão presentes grandes extensões de chapadas, baixas úmidas e cursos d'água. Para a representação do ambiente biofísico da região, utilizaremos a literatura de Rosa (2006, p. 46-47):

Os bogós de couro foram enchidos nas nascentes das lagoas, e enqueridos nas costas dos burrinhos. (...) Os cavalos ainda pastavam um pouco, do capim-grama que tapava os pés deles (...) De repente, com a gente se afastando, os pássaros todos voltavam do céu, que desciam para seus lugares, em ponto, nas frescas beiras da lagoa – ah, a papeagem no buritizal, que lequelequeia. A ver, e o sol, em pulo de avanço, longe nas bandas de trás, por cima de matos, rebentava, aquela grandidade. Dia desdobrado.

Em o que afundamos num cerrado de mangabal, indo sem volvência, até perto de hora do almoço. Mas o terreno aumentava de soltado. E as árvores iam se abaixando menorzinhas, arregaçavam saia no chão. De vir lá, só algum tatu, por mel e mangaba. Depois, se acabavam as mangabaranas e as mangabeirinhas. Ali onde o campo largueia.

É preciso destacar que a narrativa trazida por Guimarães Rosa contém uma imagem do passado dos Gerais vivido pelas comunidades da região da Serra Geral, pois assim como evidenciou Nogueira (2009), desde a década de 1970 a paisagem passou por uma drástica mudança, devido aos impactos sofridos pelas grandes extensões de monocultivos, o que pode ser evidenciado pela constante presença das águas nas descrições trazidas pelo escritor. No entanto, a narrativa não deixa de trazer os detalhes biofísicos dos Gerais, onde as chapadas dotadas de um *capim-grama* servem para alimentar o gado, que nessa região sempre foi criado solto pelas extensas chapadas, território este considerado coletivo pelas comunidades geraizeiras. Esse ambiente apresenta uma rica biodiversidade de fauna e flora, representadas no trecho pelas mangabeiras, buritizais, *mangabaranas*, *mangabeirinhas*, mel, tatus e papagaios. Essa mesma fração do território contém diversas outras espécies frutíferas, como a fruta-pão, o araçá, a pinha, o araticum, o pequi, o jatobá, murici, gabioba, cajuzinho, entre outros gêneros, assim como diversas espécies de árvores madeireiras: anjico, sucupira, pindaíba, jatobá, vinhático, entre outras, além de espécies com propriedade medicinais como o rufão, barba-timão, mastruz, entre outras. (LIMA et al., 2012)

Essa rica diversidade das chapadas está completamente associada à dinâmica produtiva das comunidades geraizeiras, que afeta diretamente a reprodução material e simbólica de suas vidas. Ocorre que é justamente essa parcela do território onde grandes

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

correntes são amarradas a tratores, que passam por cima do extenso solo das chapadas, derrubando e matando todas as árvores, arbustos e animais ali presentes. Moradores da região possuem várias memórias ligadas ao fenômeno, que eles denominam de *correntões*, onde vários casos são expostos, e que trazem narrativas de derrubada de madeiras de lei, como o pequi e o jatobá, e mesmo matando uma família de pacas. Isto ocorre ainda nos dias de hoje, o que traz revolta e urgência de retomada dos territórios por parte dos geraizeiros. Em um exemplo marcante e simbólico, que ocorreu recentemente na região, no dia três de outubro do corrente ano, vários homens e mulheres, muitos jovens, ao noticiarem a ocorrência dos *correntões*, foram até o local e, literalmente, fizeram uma barreira humana para colocar um fim à destruição, quando os motores foram desligados; os moradores presentes iniciaram de imediato um processo de retomada territorial, o que se desdobrou em um acampamento geraizeiro.

É necessário compreender a apropriação das comunidades em relação ao espaço geopolítico que passam a ocupar. Pois estas comunidades não estabelecem termos em relação a propriedades, mas sim em relação a um *território*. Nessa perspectiva, utilizaremos Paul Little, que enxerga o território não como algo estático e imobilizado, mas sim enquanto um processo. Para o autor, a *territorialidade* é um “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo esse em seu território, ou *homeland*.” (LITTLE, 2002, p. 253) Portanto, diferentemente de buscar uma terra para poderem se reproduzir social e culturalmente, os geraizeiros querem a sua *homeland*, aquele local que seus ancestrais ocuparam, cujas memórias e práticas dessa ocupação os atuais moradores herdam as, o que ultrapassa a barreira dos séculos. Essa parcela específica do espaço geográfico não pode ser substituída; ainda hoje há o esforço para a sua ocupação e controle e identificação.

### A atual situação colonial e a resistência geraizeira

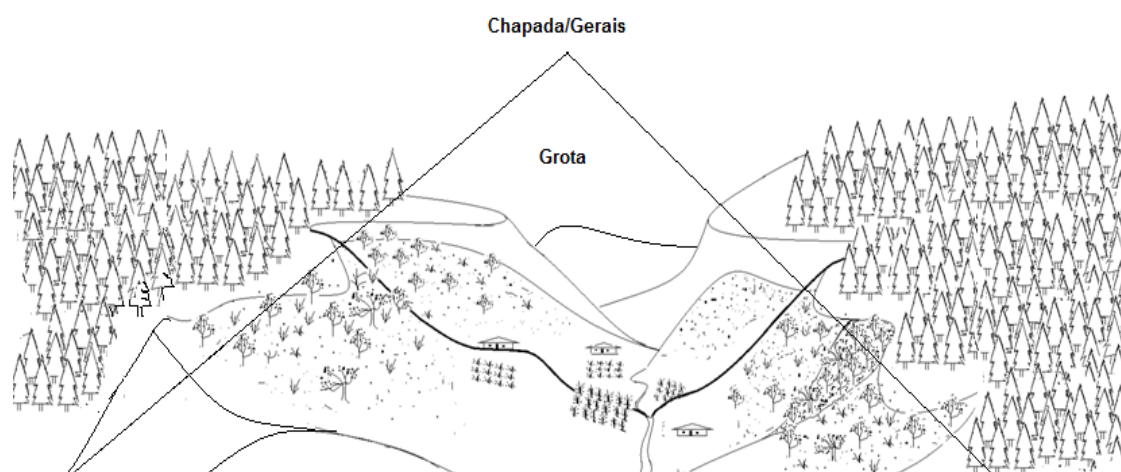
Como trazido acima, o território geraizeiro é ocupado a partir de uma relação de troca recíproca com o cerrado. Nesse sentido, cada porção específica do

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

território, que possui manifestações diferentes do cerrado, é manejada de acordo com a capacidade da terra e da vegetação. Esse manejo só é possível devido ao conhecimento empírico que vem sendo repassado de geração em geração entre os geraizeiros. Cada parcela do território é utilizada com base na preservação, optando-se por ações que não estão baseadas em critérios de produtividade (lógica mercantil), mas sim aqueles que não desgastem ou sobrecarreguem estas parcelas do território, como demonstra a figura 2.

Figura 2 - Classificação genérica dos ambientes



Fonte: Fonseca (2014)

O contexto de conflito se inicia com a regulamentação das terras no final da década de 1970, quando a Ruralminas<sup>5</sup>, criada nesse período, é o organismo estatal responsável por regulamentar e titular as terras. A atuação da Ruralminas se encaixa no caráter de colonialidade adotado pelo Estado, pois a classificação das terras é feita de acordo com a lógica da propriedade privada, categoria de agências coloniais, que não dão conta de abarcar a dimensão de território e de terras coletivas. Em Grão Mogol e na região, as terras de chapadas, grande parte dos territórios geraizeiros, foram classificadas pelo Estado como terras devolutas. De acordo com relatos de membros das comunidades, o “tempo da medição” (categoria utilizada por eles) foi um período em

<sup>5</sup> Fundação Rural-Mineira.

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

que, além das terras devolutas, áreas utilizadas para plantio e mesmo áreas com construções foram expropriadas, pois os geraizeiros não possuíam nenhum tipo de documentação formal sobre aquelas terras. O cenário é remontado na voz de uma liderança local que nasceu e cresceu no território do Vale das Cancelas:

No tempo das medições, muita gente perdeu as terras! Ninguém sabia de muitas coisas naquele tempo, e os fazendeiros tiraram proveito disso. A gente estava vivendo nossa vida como sempre viveu, mas ai chegaram os agrimensores, os fazendeiros e a polícia tudo junto para poder falar que aquelas terras que a gente estava ocupando desde a época de nossos bisavós, e até mesmo antes deles, não pertenciam à gente. Muita gente entregou as terras que eles pediram e quem não entregou sofria ameaça de pessoa armadas que vinham junto com os agrimensores. Foi uma enorme injustiça cometida com a gente, porque a gente não tinha conhecimento das leis e das regras, mas eles [grandes proprietários de terras] tinham e tiraram proveito da gente dessa forma. (Adair, 34 anos. Trabalho de campo realizado em 2016)

O relato de Adair, uma das lideranças das comunidades geraizeiras, nos remete diretamente à colonialidade trazida por Grosfoguel (2007): o autor explicita as formas de dominação baseadas no sistema métrico padronizado, trazido e aplicado pelo Estado, em que o conhecimento formal e científico é elencado como sistema dominante, e aqueles que não têm domínio de tal saber ficam à mercê da aplicação de tais regras sem ter acesso às mesmas. Sendo assim, os grandes proprietários de terras aparecem enquanto detentores do conhecimento formal e ainda se utilizam do aparelho coercitivo do Estado, materializado no aparato policial, como mecanismo de expropriação e até mesmo grilagem das terras. Nessa narrativa, o capital privado e as oligarquias aparecem como protagonistas na reconfiguração da malha geográfica dos Gerais. Porém, quem possibilitou tal ocupação foi o próprio Estado, no mesmo período final da década de 1970, em que concedeu o uso das terras devolutas da região, consideradas pelo mesmo como “terras inférteis” e “improdutivas”. Nessa época, a então estatal Vale do Rio Doce inicia a



Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

transformação da paisagem utilizando os “correntões” e o sistemático plantio dos maciços de eucaliptos, com base na exploração da mão de obra dos trabalhadores locais<sup>6</sup>.

Aqui vemos a lógica colonial sendo acionada mais uma vez, pois as terras do cerrado são classificadas de maneira inferior. Porém, a classificação está baseada em uma visão dominante, pois as terras de chapada são consideradas inférteis para o plantio de cana e outros gêneros alimentícios que são exógenos às áreas do cerrado. Por outro lado, essas mesmas terras de chapada são ricas em frutos nativos, plantas medicinais, possuem também o *capim-grama*, gramínea nativa que serve para a alimentação do gado.

O mesmo discurso de subalternização das áreas de cerrado serve para levar à frente o projeto de desenvolvimento, e os plantios de eucalipto, para abastecimento de carvão para as indústrias. Esses empreendimentos aparecem, então, enquanto soluções para a pobreza e “subdesenvolvimento” regional. Nesse sentido, a lógica de ocupação e uso do território pelas comunidades tradicionais é completamente ignorada, ainda operando a invisibilização das populações locais por parte do Estado, que não legitima a diversidade, lançando um olhar de inferiorização sobre as comunidades tradicionais.

Durante as décadas de 1980 e 1990, o contrato de cessão das terras estatais acaba, e mediante um novo contrato as terras passaram para o controle do capital privado, como a Fozcalma S. exportadora e a Floresta Minas Ltda., que conseguem aumentar o tamanho total das áreas de terras devolutas cedidas, ampliando, na mesma medida, a expropriação territorial. Essa organização fundiária se estende até os dias atuais, com uma nova malha territorial desenhada, e os territórios geraizeiros de Vale das Cancelas foram forçados a uma situação de *encurralamento*, categoria local que se refere à forma como as comunidades foram forçadas a ocupar cada vez um espaço menor dentro do território, frente ao aumento dos monocultivos.

Outra frente de desenvolvimento econômico atinge o distrito de Vale das Cancelas; em específico, o território de Lamarão. Para tornar o cenário das comunidades geraizeiras ainda mais delicado, outros dois grandes empreendimentos econômicos se

---

<sup>6</sup> A mesma liderança que citamos acima relata as condições extremamente precárias dos trabalhadores geraizeiros que foram contratados para o plantio dos eucaliptos, que recebiam uma remuneração insignificante em relação ao trabalho exercido.

instalaram da região: no ano de 2014 iniciaram as pesquisas de solo e prospecções, se materializando nas mineradoras MIBA<sup>7</sup> e SAM<sup>8</sup>. Esses grandes empreendimentos, que estão atrelados ao capital internacional, trazem consigo um projeto de mineração de minério de ferro em baixo teor, o que significa que, para a operação e o processamento do minério, um maior uso da água é necessário, assim como a produção de uma maior quantidade de rejeitos. Esse cenário complexifica ainda mais a tessitura territorial da região do Vale das Cancelas, pois a localização geográfica, dentro do território do Lamarão, para a abertura das minas demandava a remoção dos moradores de toda uma comunidade. Com isso três tessituras territoriais distintas estariam presentes no mesmo espaço geográfico: as empresas monocultoras de eucalipto, as mineradoras e a comunidade geraizeira de Vale das Cancelas. Onde as relações de poder e de dominação são protagonizadas pela pressão do capital internacional, nacional e do aparelho estatal, sujeitando os geraizeiros do território do Lamarão até mesmo à desapropriação.

Para nos auxiliar na leitura das configurações territoriais, utilizamos Raffestin (1993), que traz o conceito de *quadrículas do poder* para compreender as relações de poder dentro da criação de limites e fronteiras, seja com a instauração do Estado-nação, seja nas atuais regularizações fundiárias, ou mesmo dentro de um processo de retomada territorial. Segundo o autor:

o limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou o da ação diferenciada. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica. Toda função é também marcada por limites frouxos ou rígidos que determinam sua área de extensão ou de ação. Nesse caso, os limites estão em estreitas relações com o trabalho, portanto com o poder. Limites de propriedade e limites funcionais podem coincidir, superpondo-se, ou, ao contrário, se recortarem. Mas vê-se logo que, na qualidade de sistema sêmico, os limites são utilizados para manifestar os modos de produção, isto é, para torná-los espetaculares. O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder. Toda quadrícula é ao mesmo tempo a expressão de um projeto

---

<sup>7</sup> Minas Bahia Mineração

<sup>8</sup> Sulamericana Metais, empresa do grupo Votorantim e a empresa chinesa Honbridge Holding.

social que resulta das relações de produção que se enlaçam nos modos de produção e o campo ideológico, presente em toda relação. (RAFFESTIN, 1993, p. 165)

Com a visão trazida pelo autor podemos entender dimensões mais profundas no que tange à criação e mesmo disputa dos limites e fronteiras. Segundo o trecho trazido acima, deve-se levar em consideração as relações de poder que estão dentro das demarcações dos limites e fronteiras, onde estes, além de delimitar o espaço, delimitam os modos de produção vigentes dentro desse e mesmo o que o autor chama de projeto social. Podemos identificar, assim, o modo de produção geraizeiro confrontando o modo capitalista. Ao mesmo tempo em que se disputa o território, disputa-se também o projeto que irá se firmar no mesmo. De um lado, os geraizeiros pretendem perpetuar o manejo tradicional da terra, as plantas e os animais presentes dentro da quadrícula intitulada de território. Por outro, empreendimentos privados pretendem redefinir o projeto daquela mesma quadrícula territorial, sobrepondo a lógica de uso e manejo da terra e dos recursos naturais ali existentes por relações capitalistas de produção.

Nesse cenário, as comunidades geraizeiras não permanecem passivas no processo de violação dos direitos humanos e territoriais, através da forte pressão do projeto de desenvolvimento adotado por um Estado permeado pela colonialidade. Como abordado inicialmente neste trabalho, os processos de (des)invisibilização dos povos e comunidades tradicionais são protagonizados também pelo geraizeiros, que fazem uma frente de resistência aos grandes empreendimentos e à lógica técnico-instrumental trazida por esses complexos, em uma disputa pela legitimidade de estabelecer as fronteiras daqueles territórios.

No início dos anos 2000, as comunidades de Vale das Cancelas convergem em um forte movimento de articulação e organização política, junto a movimentos sociais (CPT-MG<sup>9</sup> e mais recentemente o MAB<sup>10</sup>) e passam a se apropriar do conhecimento sobre os direitos constitucionais de garantia cultural, social e territorial, quando, cientes do

---

<sup>9</sup> Comissão Pastoral da Terra.

<sup>10</sup> Movimento dos Atingidos por Barragens.

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

*Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa*

respaldo constitucional, travam uma disputa legítima em que se mobilizam e traçam estratégias para defesa e retomada de seus territórios.

Nos territórios do distrito de Vale das Cancelas, várias foram as estratégias utilizadas para o enfrentamento dos empreendimentos econômicos. A mobilização contra as mineradoras se deu através da denúncia junto a órgãos públicos, como o Ministério Público (MP), por parte do geraizeiros do território do Lamarão, em relação a impactos sociais e ambientais que os empreendimentos iriam provocar. Nesse sentido os geraizeiros foram protagonistas na preservação do cerrado, e de seus territórios, por visibilizarem e fiscalizarem o empreendimento. Nessa mobilização, pode se evidenciar que a mineradora SAM pretendia construir um aqueduto de 480km entre o território do Lamarão até o município de Ilhéus na Bahia. A licença ambiental, que permite o início das operações das mineradoras, foi negada pelo IBAMA<sup>11</sup>, impulsionado pela polêmica gerada sobre a enorme quantidade de recursos hídricos que seriam destinados não só para a mineração em si, que já são números altíssimos devido ao baixo teor do minério, mas também pelo transporte do mesmo, que seria feito também consumindo milhões de metros cúbicos de água, comparados ao consumo médio de água do município de Montes Claros (MG)<sup>12</sup>.

Outras estratégias de retomada e defesa territorial foram adotadas pelas comunidades geraizeiras, como a ocupação de terras e estabelecimento de acampamentos, assim como relatado em parte anterior desse texto, o corte de cercas que isolavam os maciços de eucalipto para que os gados voltem a se alimentar nas áreas de chapada, até a autodemarcação do território. A autodemarcação ocorreu também no território do Lamarão, processo esse a que iremos nos ater por último.

Como já exposto aqui, a Constituição Federal de 1988 garante aos povos e comunidades tradicionais o direito de reprodução do seu modo de vida tradicional assim como acesso aos seus territórios, porém, na prática é um processo moroso e não reconhece, de fato, toda a diversidade que está inserida dentro da categoria de povos e comunidades tradicionais. Atualmente o Estado possui o aparato formalmente montado

---

<sup>11</sup> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis.

<sup>12</sup> Maior cidade do Norte de Minas, com a população de 400.000 pessoas.

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

para a titulação de terras indígenas e terras de comunidades quilombolas, através da instrução normativa nº 49/2008<sup>13</sup> do INCRA<sup>14</sup>, que normatiza o processo de titulação de territórios tradicionais pelo Estado. As comunidades tradicionais que fogem à rigidez instrução normativa, devidos às categorias étnicas diferenciadas (geraizeiros, veredeiros, caatigueiros, ribeirinhos e etc), enfrentam uma morosidade ainda maior por parte do Estado.

Nesse cenário, as comunidades geraizeiras se utilizam da autodemarcação como uma poderosa estratégia de retomada territorial. Podemos caracterizar essa estratégia, como um processo de luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais, e retomada de suas terras e, ao mesmo tempo, possuindo um caráter fortemente educativo, já que proporciona um reconhecimento da área de usufruto exclusivo, seus recursos e seus problemas, contribuindo para o processo de gestão da mesma. Na prática, com a autodemarcação, os povos e comunidades tradicionais assumem para si a tarefa de delimitarem de seus territórios tradicionais de acordo com suas memórias e práticas ancestrais, garantindo a autonomia de um regime de uso das terras em consonância com tais práticas.

Sendo assim, ao assumir e protagonizar o processo de delimitação dos territórios, as comunidades geraizeiras se mobilizam para traçar os limites e fronteiras de seus territórios tradicionais. Os critérios adotados pelas comunidades de Vale das Cancelas foram marcos temporais, como cemitérios, lugares de plantio e criação, e rios e córregos que dividiam seus territórios, baseado no conhecimento empíricos das comunidades e a memória dos mais velhos, que se apoiavam em evidências materiais. Esse procedimento ocorreu no ano de 2015 e com o apoio técnico do CAA-NM<sup>15</sup>. Esse processo se configurou em uma sequência de reuniões e percursos pelos territórios organizados mutirões, o que gerou um relatório elaborado pelo CAA-NM e a reocupação de áreas que haviam sido ocupadas pelas empresas.

---

<sup>13</sup> Fonte: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao-/atos-internos/instrucoes/in49\\_290908.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao-/atos-internos/instrucoes/in49_290908.pdf). Acessado em 20/11/2017 às 14:00hs

<sup>14</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

<sup>15</sup> Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Para mais informações, acessar: <https://www.caa.org.br>

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

O protagonismo das comunidades geraizeiras frente aos empreendimentos que pretendem alterar a lógica de regime das terras pode ser entendido enquanto uma forma de proteção do meio ambiente contra a degradação. Nessa perspectiva, Alier (2007), traz o conceito de *ecologismo dos pobres ou popular*; compreende que há um protagonismo por parte das “classes populares” na defesa ao meio ambiente. Pode-se falar das comunidades tradicionais, pois estas, quando saem em defesa dos seus territórios (rios, florestas, campos, etc), estão protagonizando uma proteção ecológica, frente aos empreendimentos que pretendem alterar a lógica de troca recíproca com o meio ambiente. Nesse sentido, as comunidades geraizeiras, que enfrentam os empreendimentos de monocultivos de eucaliptos e de mineração em seus territórios, se posicionam contra o desmatamento destas áreas, protagonizando a defesa do cerrado e de suas águas. E ao se utilizarem da autodemarcação, constroem suas fronteiras e seus limites dentro da lógica de uso e manejo tradicional do território. Baseados também na memória coletiva do grupo, eles são capazes de estabelecer uma quadrícula territorial capaz de garantir a proteção do cerrado e dos Gerais.

Foi possível produzir um mapa com limites do território do Lamarão. Neste trabalho utilizamos as coordenadas geográficas produzidas a partir da autodemarcação para criação de um mapa contendo as áreas ocupadas pelos maciços de eucalipto (figura 3). Este mapa possui a localização das comunidades dentro do território, os cursos d’água que ali existem e a área ocupada pelos maciços de eucalipto.



Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

território do Lamarão, junto da visualização das tessituras territoriais que se sobrepõem através das relações de poder que incidem sobre o território. Ao visualizarmos o mapa reeditado, onde novos limites são estabelecidos, podemos compreender a dimensão do enfrentamento proporcionado pelas comunidades ao autodemarcarem seu território.

Como demonstramos, as terras devolutas foram reorganizadas em um processo de redefinição das fronteiras, porém esse processo ocorreu sem que levassem em consideração os limites e fronteiras que ali estavam estabelecidos pelas populações locais, no caso específico, o território geraizeiro. Como não houve o reconhecimento desse território, dentre vários outros processos, as comunidades geraizeiras decidiram tomar para si o poder de delimitar as fronteiras, não em um ato de usurpação do poder do Estado, pois este, além de não reconhecer a legitimidade do território geraizeiro, agiu de forma ilegal ao beneficiar grandes empreendimentos a ocuparem terras públicas. A autodemarcação, assim, passa a ser um instrumento de poder a favor dos povos e comunidades tradicionais, que utilizam da estratégia de delimitar suas próprias fronteiras para impedir a apropriação do território geraizeiro pelo capital privado. Ao confeccionar um detalhado mapa territorial, o mesmo é apresentado às autoridades, sendo que o lastro das informações contidas no mapa é a memória dos mais antigos, assim como o regime de uso das terras de acordo com as práticas tradicionais. Nesse sentido, o poder do mapa é utilizado em favor daqueles que foram historicamente excluídos e invisibilizados pelo próprio Estado.

### Considerações finais

O cenário de *situação colonial* e de conflito socioambiental vivido pelas comunidades geraizeiras do Norte de Minas evidencia uma realidade atravessada por diversos povos e comunidades tradicionais da região. Realidade essa que, ao ser investigada, revela a complexa trama de relações de poder que exercem a dominação sobre os povos e comunidades subalternos e seus territórios.

Destacamos como um modelo de desenvolvimento econômico pautado nos grandes empreendimentos industriais é capaz de dominar a lógica de desenvolvimento



Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

operada pelo Estado e protagonizar graves impactos ambientais, com destruição de matas nativas e estiagens dos recursos hídricos em uma região semiárida, tais como os impactos sociais que expropriam e desarticulam territórios tradicionais que vem sendo construídos ao longo de séculos e de gerações de pessoas no território geraizeiro.

É importante ressaltar a legitimidade que as comunidades tradicionais geraizeiras possuem ao se mobilizarem em estratégias de defesa e retomada territorial. Mobilização essa que busca garantir inclusive a proteção da natureza e dos recursos ambientais. Pois quando refletimos acerca do protagonismo da proteção ambiental, não foram as ONG's conservacionistas, muito menos o Estado que atuou enquanto regulador e fiscalizador dos recursos naturais e do equilíbrio ecológico, mas sim o povo geraizeiro, que está em troca recíproca com os Gerais e dele depende para reproduzir seus modos de vida tradicionais.

## Referências

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais**. Brasília, 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília.

COSTA, João Batista de Almeida. A (des)invisibilidade dos povos e das comunidades tradicionais: a produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo. In: BARBOSA, Rômulo Soares et al. (Orgs.). **Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2011, p. 51-68.

\_\_\_\_\_. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um lto em Brejo dos Crioulos (MG)**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

DIEGUES, Antônio C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. ampliada. São Paulo: Hucitec, Nupaub-USP/CEC, 2008.

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais

Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa

FONSECA, Graziano Leal. **Mineração no Norte de Minas e geraizeiros ameaçados em função do projeto Vale do Rio Pardo na microregião de Grão Mogol – MG.** Montes Claros, 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Unimontes.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer:** reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GROSGOUEL, Ramon. The epistemic decolonial turn beyond political-economy paradigms. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 211-223, Mar./May 2007.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LIMA, I. L. P., SCARIOT, A., Medeiros, M. D., & SEVILHA, A. C. Diversidade e uso de plantas do Cerrado em comunidade de Geraizeiros no norte do estado de Minas Gerais, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, 26(3), p. 675-684, 2012

LITTLE, Paul. E. **Ecologia Política como Etnografia:** um guia teórico e metodológico. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB, 2006.

\_\_\_\_\_. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma territorialidade antropológica.** *Série Antropológica. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília, 2002*

NOGUEIRA, Mônica C. R. **Gerais adentro e afora:** identidade e territorialidade entre geraizeiros do norte de Minas Gerais. Brasília, 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UnB.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas.** Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1979.

RAFFESTIN, Claude; SANTANA, Octavio Martín González. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Ricardo. **Florestas anãs do sertão – O Cerrado na história de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão - Veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais  
geraizeiras do Norte de Minas Gerais

*Mauro Toledo Silva Rodrigues, João Batista de Almeida Costa*

Recebido em: 06/12/2017

Aprovado 15/05/2018

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

**Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED**

Revista *PerCursos*

Volume 19 - Número 39 - Ano 2018

revistapercursos@gmail.com